

A participação de atores de “mercado” em dois fóruns participativos: no Conselho Nacional de Saúde e no Conselho Nacional de Assistência Social.

AUTOR: José Eduardo Gomes, Ciências Sociais, UFRGS.
ORIENTADORA: Soraya M. Vargas Côrtes

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa buscou comparar os níveis de participação dos atores representantes de “mercado” em dois Conselhos: Conselho Nacional de Assistência Social e Conselho Nacional de Saúde. Sobre o conceito de ator de “mercado”, utilizamos a definição de Cohen (2003), que delimita-os como compelidos a agir primeiramente em função do imperativo dinheiro/ lucro. Já os atores societais, segundo Côrtes (2009), devem ser diferenciados entre sociais e estatais, sendo que os primeiros buscam “exercer influência por meio da participação em associações e movimentos democráticos”, enquanto os segundos não podem furtar-se da lógica governamental do poder/ da política.

OBJETIVO

Dada a centralidade das áreas à qual pertencem os Conselhos aqui estudados no bem estar da população e o crescimento, nos últimos dez anos, da área de Assistência Social no Brasil, entendemos ser vital compreender de que forma a participação desse tipo de ator efetiva-se em espaços de deliberação como os Conselhos Nacionais.

METODOLOGIA

- Análise das atas das reuniões ordinárias dos dois Conselhos (ano de 2010) com auxílio do software Nvivo combinado com Excel;
- Análise dos regimentos internos dos Conselhos;
- Análise de leis pertinentes à criação e mudanças nos Conselhos;
- Entrevistas com conselheiros.

CONCLUSÕES

- Os representantes de mercado no CNAS são mais atuantes que os do CNS. Conclui-se, através das entrevistas e da leitura das atas que, mesmo com o aumento da regulação na concessão dos benefícios e a retirada do CNAS da competência de certificar entidades beneficentes, em 2009, representantes de entidades aqui consideradas como de “mercado” continuam atuando nesse fórum;
- Em ambos os Conselhos os representantes de “mercado” participam pouco;
- A proporção de participação é maior no CNAS, o que pode ser resultado da menor autonomia de entidades beneficentes em relação ao Estado, dado que sem o financiamento estatal direto pelos serviços que prestam aos necessitados, seu funcionamento ficaria comprometido;

- Na área da saúde os atores mercado, embora recebam incentivos governamentais diversos (isenções fiscais, desconto em imposto de renda para quem usa serviços privados), dependem em grande parte do mercado para o seu funcionamento. Além disso atuam em outras arenas como junto a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) que trata dos Planos de Saúde.

REFERÊNCIAS

COHEN, J. L. Sociedade civil e globalização: repensando categorias. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 46(3): 419-459, 2003.
CÔRTEZ, Soraya M. V. Participação e saúde no Brasil. Org. Soraya Vargas Côrtes. Rio de Janeiro - editora Fiocruz, 2009.

